

DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL FRENTE ÀS NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS DE ALGUMAS CRIANÇAS¹

Patrícia Alves Guedes
Oscar Mendes Ferreira Neto
Valdirene Alves de Oliveira

Resumo: O presente texto apresenta algumas considerações acerca da inclusão na Educação Infantil. Para a construção deste texto foi necessário elencar elementos fundamentais para a formação do acadêmico de Pedagogia, possível futuro docente na Educação Infantil, que encontrará alunos com diferentes especificidades e com necessidades diversas no processo de sua formação, como sujeito de direito. Para tanto, aos docentes em formação inicial é necessária uma formação teórica associada à dimensão prática, criando assim uma práxis educativa da qual o professor se apropriará e desenvolverá em seu cotidiano. Durante o processo de formação no curso de Licenciatura em Pedagogia da UEG/UnU-Inhumas, em prol de uma proposta educativa inclusiva que vislumbra a educação de forma igualitária garantida por lei, em todos os aspectos: cultural, social, religiosa, em suas necessidades especiais, entre outras. O texto tratará, em especial, sobre as demandas que se apresentam na educação infantil, em face da presença de crianças com necessidades alimentares especiais.

Palavras-chave: Estágio. Formação Docente. Inclusão. Alergia Alimentar.

Introdução

A temática inclusão tem sido objeto de estudo de pesquisadores educacionais que investigam as políticas e práticas educacionais inclusivas, seus desafios, possibilidades. A educação básica é um dos lócus recorrentes na investigação, mas o foco muitas vezes recai no ensino fundamental, não é tão recorrente o desenvolvimento dessa temática na educação infantil.

Bobrek (2013) realizou uma revisão bibliográfica sobre a produção científica voltada para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil, publicada no período de 2005 a 2012. Este trabalho ratificou a necessidade de se debruçar para a inclusão nesta etapa da educação básica, pois neste período somente foram identificados dezessete trabalhos que discutiam o tema.

A relevância da temática é acadêmica e social, pois as crianças com necessidades educativas especiais estão presentes na educação infantil em números cada vez maiores², pois

¹ Este trabalho foi elaborado para a III Semana de Integração da UEG – Unu Inhumas e apresenta algumas pontuações sobre o trabalho de conclusão de curso, na Pedagogia, de Patrícia Guedes, sob a orientação da Prof^a Valdirene Alves de Oliveira.

² A Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia (ASBAI) afirma que 6-8% das crianças brasileiras possuem algum tipo de alergia e salienta o acréscimo desse número, em face de questões ainda em estudo, como: fatores ambientais, hábitos alimentares, desmame precoce, entre outros.

gradualmente a sociedade, em especial os familiares, vem compreendendo a importância da convivência social das crianças, entre os seus pares, tendo em vista a importância socialização nesse tempo da vida.

O curso de Pedagogia da UnU/Inhumas possui na sua matriz curricular vigente a disciplina “Educação e Diversidade”, além das Atividades de Enriquecimento e Aprofundamento (AEA) que podem ser desenvolvidas em diversas temáticas, a exemplo a inclusão. Sem se considerar a transversalidade do currículo em que a temática pode ser abordada em todas as disciplinas.

O estágio supervisionado tem início no 3º ano do curso, quando é realizado por dois semestres consecutivos na educação infantil. Durante as atividades de observação nos campos de estágio no ano letivo de 2014, o grupo B³, em um dos campos de estágio⁴, observou a presença de duas crianças com necessidades educativas especiais, pois são cadeirantes e possuem deficiência mental. Além desses casos, nesta mesma instituição em uma mesma turma existem três crianças com necessidades alimentares especiais⁵, que realizam o lanche fora da sala, como as demais crianças. Na outra instituição da educação infantil que atende crianças menores, também existem crianças com necessidades alimentares especiais, que por sua vez, em alguns momentos lancham separadas das demais.

Nesse contexto, esse artigo tem como objeto a temática “inclusão na educação infantil”, sob a perspectiva de se pensar a formação docente e os desafios que se estabelecem no cotidiano das instituições de educação infantil no atendimento das crianças com necessidades alimentares especiais. Para desenvolver este texto a revisão bibliográfica do tema foi a principal metodologia empreendida, aliada a algumas observações colhidas dos estagiários e relatos⁶ de mães de crianças com alergia alimentar. Ressalta-se que a discussão, aqui empreendida, é embrionária, pois além de ser uma temática pouco discutida também é originária de parte da produção textual em construção, para fins de uma monografia.

³ A turma do 3º ano de Pedagogia geralmente é dividida em dois grupos, cada um com pelo menos 15 estagiários. Grupo A (matutino) e B (vespertino), sob a supervisão de duas professoras. Grupo A: Profª Ms. Lindalva Pessoni e Grupo B Profª. Ms. Valdirene Alves de Oliveira.

⁴ Os nomes das instituições campos de estágio não serão divulgados neste trabalho, sob a prerrogativa de preservar identidade das mesmas.

⁵ Adota-se neste texto o conceito de necessidades alimentares especiais, conforme denominação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que leva em conta alterações metabólicas e fisiológicas temporárias ou permanentes que causam mudanças nas necessidades alimentares dos indivíduos <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>

⁶ Neste trabalho foram considerados alguns relatos selecionados por Almeida, Tofolli, Oliveira (2013).

A Formação Docente para uma Prática Inclusiva

A formação de professores é tema de frequentes estudos e debates. Entre os princípios desafiadores apontados está a necessidade da formação se converter em efetiva contribuição com a inserção de docentes, no campo profissional da educação, em prol de um exercício crítico e construtivo da docência.

Nos cursos de graduação em licenciatura o estágio supervisionado se apresenta como uma disciplina que aproxima e prepara o graduando na área de trabalho que ele está se formando, possibilitando assim, uma interligação entre as demais disciplinas presentes no currículo.

Em 15 de maio de 2006, o Conselho Nacional de Educação/Conselho pleno, através da Resolução CNE/CP nº1, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia traz consigo algumas mudanças e exigências a serem cumpridas em relação às necessidades que o curso deve abranger para a formação do profissional docente que atuará nas escolas ou em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Na Resolução CNE/CP nº 1 está expressa a necessidade de se formar profissionais para o exercício da docência na Educação Infantil, assim como nos anos iniciais e a necessidade de contato com um vasto repertório de conhecimentos e competências compostos por multiplicidade de conhecimentos teóricos e práticos, para proporcionar uma formação e capacitação do professor, de modo que ele compreenda as particularidades de cada indivíduo, respeitando as diferenças existentes no contexto escolar e da sala de aula. O professor deve promover e criar condições ao acesso à educação, gerando mecanismos que possam amparar o aprendizado das minorias que necessitam de atendimento diferenciado sem excluir do processo educacional, ou seja, espera-se que o egresso seja capaz de:

X – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, **necessidades especiais**, escolhas sexuais, entre outras. (BRASIL, 2006, p. 02). (grifos nossos).

Nessa perspectiva, prevê-se para o Curso de Pedagogia um estágio que articule a docência, a produção de conhecimento sistematizado, a postura investigativa e a gestão educacional, portanto o estágio não se resume numa atividade prática do curso, pois a escola não deve ser um lugar passível de mera aplicabilidade de conhecimentos gerados e sim um

espaço de produção de conhecimento. O estágio faz parte do processo de formação do cursista que se coloca na perspectiva de aprender a profissão docente, não é um momento de conclusão do curso ou de uma mera síntese das observações feitas, mas sim, conforme nos mostra Calderano (2012) um momento intenso de articulação entre as diferentes facetas que constitui o trabalho pedagógico: observar, investigar, analisar, propor, desenvolver, envolver-se, realizar, avaliar, sistematizar e continuar o processo cíclico crescente de aprender e favorecer o aprendizado, de ensinar e ajudar a ensinar na perspectiva de uma construção permanente de conhecimentos acadêmicos, profissionais, históricos, culturais e sociais, permitindo a problematização e apresentação de propostas que redundam no próprio conhecimento da experiência acadêmica e profissional do estagiário.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9.394/96 explicita o direito das crianças de 0 a 6 anos à educação, mas esse direito não é executado por muitos motivos que afastam as crianças das instituições de Educação Infantil, entre eles de acordo com Tartuc e Flores (2014), os mais comuns são: a ausência de vagas nas instituições públicas, ausência de políticas de fomento para implantação e manutenção das instituições de Educação Infantil e ausência de organização social dos pais para reivindicar que o direito dos seus filhos pequenos seja resguardado.

Alguns desafios pedagógicos no atendimento das crianças com necessidades alimentares especiais

Almeida, Tofoli e Oliveira (2014) coletaram dados oriundos de relatos de mães de crianças com alergia alimentar matriculadas na educação infantil. As autoras sistematizaram esses dados e trabalharam em 2 minicursos⁷ voltados para os docentes em formação inicial ou continuada, nesse sentido, para ilustrar alguns dos desafios e descompassos que se manifestam no cotidiano de algumas instituições de educação infantil, em direção a uma prática inclusiva, foram selecionados do universo coletado por Almeida, Tofoli e Oliveira (2014) para dar concretude à discussão empreendida nesse texto.

⁷ A convite do SESC Goiás (Unidade Setor Universitário) será realizado um minicurso para todos os professores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental das três unidades (Faiçalvile, Universitário e Anápolis). Está previsto para 31/05 a primeira etapa para os profissionais da educação infantil e em agosto acontecerá a formação para os docentes da educação fundamental. Alguns dos casos coletados dos relatos das mães e trabalhados nos minicursos das autoras mencionadas acima serão discutidos na perspectiva de ilustrar alguns desafios cotidianos na inclusão de crianças com necessidades alimentares especiais.

Em um dos casos a mãe de dois filhos com alergia alimentar relata a experiência dos filhos em distintas escolas e fases da vida. Quando seu filho estava com 5 anos estudou em uma escola adventista sua professora era muito zelosa, e quando ele internava ela o visitava e levava as tarefas para ele fazer, ao deixar de ir à escola a professora o visitava em casa e levava os colegas consigo, a mãe achou muito importante pois com isso ele não sentiu muito a falta de ir à escola. Ao fazer seis anos foi matriculado em outra escola, a mãe novamente expôs todo o problema do filho e a escola disse ter entendido, mas de acordo com os acontecimentos fica claro que não entenderam, pois “ele queixava que a professora não permitia que ele brincasse e nem saísse da cadeira. Ela fazia uma exclusão. Ele passava a aula toda num canto da sala afastado dos colegas e ela não permitia ninguém se aproximar”. Essa situação ilustra: “O grande problema que se coloca ao educador ou à educadora de opção democrática, é como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade”. (FREIRE, 1996).

A mãe acrescenta que foi muito sofrido para seu filho e só melhorou quando trocaram a professora, que a partir de então ela servia o lanche na sala para ele e o restante dos alunos comiam no refeitório, depois todos brincavam juntos e mesmo ele indo de máscara não era excluído pelos colegas. O professor precisa ser criativo e ter conhecimento de causa, para não apoiar a exclusão, pois:

[...] quando a escola recebe um aluno com deficiência, têm que ter uma flexibilidade no processo de ensino aprendizagem, mudando sua maneira de ensinar, para que consigam alcançar seus objetivos, o que as leva buscar formas para que as crianças evoluam, motivando-as em todos os momentos. Considerando que o professor é o mediador no processo de ensino e aprendizagem, é necessário que ele tenha conhecimentos acerca da aprendizagem destas crianças, tenha iniciativas, criatividade e habilidades para propiciar a construção de conhecimentos e a formação destas crianças. (TARTUCI; FLORES, 2013).

A experiência dessa mãe com a filha, irmã da criança citada acima, foi bem interessante, pois a professora anotou todos os procedimentos que teria de ter com ela e trabalhou de forma que toda a sala conseguia interagir até com sua alimentação, ela comia azeitonas e quando ia lanche as outras crianças queriam comer também:

No início das aulas a criança somente comia azeitonas e quando levava para o lanche era uma festa, pois todas as crianças queriam comer azeitonas e a tia tinha que arrumar um vidro para distribuir azeitonas na classe. Quando passou a comer pão de batata (batata inglesa + fécula de batata + azeite e sal)

foi a mesma coisa, toda a classe queria e a professora pediu a receita pois iriam fazer para toda a turma. (Relato da mãe).

Um relato interessante é de uma mãe brasileira que mora na França com a filha, ela conta que:

Aqui a educação do alérgico começa em casa e estende à escola, sendo que se tem reunião pais + médica da prefeitura + diretora + professoras e assistentes. Todos lêem e assinam termo, se der algo errado nesse caminho alguém será punido se acontecer algo acontecer eu vou na polícia exigir o direito de inclusão da minha filha, aliás aqui minha filha é bem acolhida na escola e sei que nunca teria isso no meu país(Brasil) porque infelizmente é egoísta e atrasado demais na inclusão. A palavra inclusão aqui tem uma dimensão incrível: dar direito ao cuidado de receber a inclusão seja qual for sua limitação isso não tem preço. E pensar que odiava esse país quando aqui chegamos. (Relato da mãe)

Este relato aconteceu em outro país e nos mostra tamanha distância a ser percorrida no Brasil a caminho da conscientização para inclusão das pessoas que convivem com crianças com necessidades alimentares especiais e ratifica que a inclusão está correlacionada aos aspectos políticos, culturais e sociais.

O filme “Como estrelas na terra” fala de Ishaan, um garoto de 9 anos que tem dislexia e não consegue acompanhar a turma; criança sofre com o despreparo dos professores. O pai decide coloca-lo em um colégio interno cuja filosofia era “Disciplinar Cavalos Selvagens”. No início teve problemas com os professores, pois não sabiam lidar com sua necessidade, um professor que conhecia a dislexia percebe o problema de Ishaan, começa um trabalho pedagógico diferente, ensina Ishaan a ler e escrever por meio de formas concretas e diferenciadas. O filme preconiza a importância do professor para seus alunos, como podem trabalhar de forma criativa onde todos se sintam valorizados cada um mostrando suas habilidades dentro do que lhe é possível. Antes os professores só corrigiam os erros gramaticais dele e não percebiam que ele era uma criança especial, que precisava ser compreendida. O que salvou o garoto não foi a descoberta da doença, mas sim, os novos métodos utilizados pelo educador, fazendo com que o menino aprendesse a lidar com sua diferença. Este filme retrata a realidade em que vivemos, onde os alunos com diversas deficiências são colocados em escolas normais e infelizmente as escolas regulares e os professores não estão preparados para recebê-los.

Algumas Considerações

O professor nos dias atuais, de acordo com Libâneo (2011), necessita de alcançar em sua formação profissional um conjunto de novas competências docentes para que possa construir um processo educativo de qualidade para seus discentes, nos quais os alunos sejam preparados para ingressar e serem inseridos no mundo globalizado, atendendo as necessidades do mercado de trabalho, no entanto com uma formação ética e para o exercício de uma cidadania crítica, preparando seus alunos para a participação na sociedade e em seus movimentos. Segundo Libâneo (2011) o professor deve assumir o papel de mediador ativo de conhecimentos para que exista uma aprendizagem efetiva do aluno através de práticas interdisciplinares que forneça meios de investigação e contato com o objeto de estudo. Outro ponto elencado por Libâneo (2011) está ligado à dimensão afetiva no qual o professor está envolvido com o aluno e a diversidade cultural existente no ambiente escolar, na qual o professor deve proporcionar ao aluno um ambiente formativo de aprendizagens significativas, através da compreensão das motivações e dos interesses desse grupo.

O desenvolvimento adequado do estágio poderá fortalecer a relação universidade e escola, tornando mais claro os impasses encontrados e abrindo portas para novas estratégias de ensino e aprendizagem, com o intuito de saírem da improvisação e de ações individualizadas e de oferecer ao cursista a oportunidade de conhecer o seu futuro campo de trabalho, identificar suas características, demandas e desafios, numa relação contínua entre teoria e prática para assim atuar do melhor modo possível como profissional da educação. Entre essas singularidades, entre a demanda e o desafio, estão as crianças com necessidades alimentares especiais.

A universidade, no que tange à formação de professores, corrobora com a consolidação de uma visão societária sobre o papel da escola e do professor. Nessa complexa relação, da qual a universidade participa, o Brasil deflagrou a retórica “Escola para todos”, trazendo ao debate discursos de distintas vertentes e intencionalidades. É preciso, pois situar, que com e para além do discurso da inclusão há uma prática a ser construída: em qual perspectiva?

Referências

ALMEIDA, Gisella de Souza; TOFOLI, Marise Helena Cardoso; OLIVEIRA, Valdirene Alves de. Alergia Alimentar como uma das Dimensões da Inclusão na Prática Docente na Educação Infantil. **RENEFARA**. Goiânia, v. 5, abr. 2014. Disponível em: <http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/201/184>>. Acesso em: 20 maio 2014.

BOBREK, Andreia. Inclusão Escolar de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais: revisão da literatura nacional. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência**. São Paulo: 2013. Disponível em: <http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Andreia_Bobrek.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

CALDERANO, Maria da Assunção. **O Estágio Curricular e os Cursos de Formação de Professores: desafios de uma proposta orgânica**. In: _____ (Org.). **Estágio Curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições**. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TARTUCI, Dulceria; FLORES, Maria Marta Lopes. **A Organização das Práticas Pedagógicas e da Gestão e o Atendimento Educacional das Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Dulceria_Tartucci.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.